

## Crise, carreira, CCIs, direitos dos servidores...

# Confira os principais temas e deliberações do CADE em 19/8

*Os representantes do “Chapão Sintunesp/Associações” elaboraram um relato sobre os principais assuntos abordados na reunião do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), no dia 19/8/2015. Acompanhe:*

### **Quem paga pela crise?**

O Assessor Chefe da Assessoria Especial de Planejamento Estratégico – APE, Rogério Luiz Buccelli, fez uma apresentação sobre a execução financeira/orçamentária da Universidade no 1º semestre de 2015.

Aos representantes do “Chapão”, soaram arrogantes as palavras do Assessor: “Ninguém na Unesp tem sentido a crise, pois todas as solicitações têm sido atendidas, em virtude do bom planejamento que foi realizado pela APLO/APE.”

Os fatos mostram que a história não é bem assim. A crise já havia se evidenciado em 2014, quando as três universidades alegaram não ter condições orçamentárias para reajustar os salários e fazer novas contratações, o que acabou levando a comunidade à histórica greve de 120 dias. Como fruto da mobilização, a inflação do período foi paga, mas as contratações seguiram congeladas, o que vem agravando a defasagem nas unidades. Em 2015, sob a mesma alegação da crise, as universidades concordaram em cobrir a inflação, porém, em duas parcelas.

Explicações simplórias sobre os efeitos da crise levam a conclusões igualmente simplórias e equivocadas. É o caso das constantes insinuações de que um dos responsáveis pela crise financeira na universidade são os sindicatos, que têm realizado uma pressão por sucessivos reajustes salariais. Ou seja, por esta concepção, embora não sejam responsáveis pela crise, cabe aos trabalhadores pagarem por ela.

Ficou claro, mais uma vez, que as três universidades não têm mais condições de se sustentar com o repasse do ICMS atual. “As universidades não cabem mais no orçamento disponível”, como ressaltaram os representantes dos servidores no CADE ao comentarem a apresentação de Buccelli. E é exatamente por esta razão que as entidades sindicais têm lutado há anos, junto à Assembleia Legislativa (Alesp), para aumentar a dotação às universidades, provando com números e fatos que a expressiva expansão de unidades e cursos não foi acompanhada do aumento de recursos necessário. Todas as vezes em que houve aumento de dotação, isso ocorreu por força das lutas da comunidade. E somente a partir de 2014, após muita insistência das entidades sindicais, no bojo da greve, foi que os reitores concordaram em defender publicamente o aumento de recursos na Alesp.

### **Sobre o teto constitucional**

O Assessor Jurídico Chefe da Unesp, Edson César dos Santos Cabral, fez uma exposição sobre a aplicação do teto constitucional. Em virtude das muitas dúvidas que pairavam sobre o assunto, os representantes do “Chapão” haviam solicitado informações sobre o assunto. Foram realizados esclarecimentos de como tem sido operacionalizado o pagamento dos salários que ultrapassam o teto constitucional, que no estado de São Paulo é o subsídio do governador, atualmente R\$ 21631,05. O que excede é lançado no holerite do servidor em linha específica. Nenhum reajuste ou progressão na carreira é adicionado ao salário do servidor a partir de então.

O assunto, bastante polêmico, gerou várias intervenções. O que se nota é uma tentativa de parte da grande imprensa de caracterizar como “super salários” os vencimentos que ultrapassam o teto, com a velha insinuação de que são todos “marajás”. Um primeiro aspecto é que os servidores da Universidade exercem funções de carreira, diferente do cargo eletivo – no caso, do governador. Para alcançar valores que se aproximem ou ultrapassem o teto, o servidor geralmente está na reta final da carreira, tendo acumulado benefícios legais, como quinquênios e sexta-parte. A proposta defendida pelo Fórum das Seis junto à Alesp é que São Paulo siga as regras vigentes em quase todos os demais estados, que estabelecem como teto constitucional o equivalente a 90,25% do subsídio fixado para um ministro do STF, percentual que é seguido nas universidades federais.

### **Solicitações anteriores**

No item “Palavra da Presidência”, o professor Gamero, presidente do CADE, respondeu às solicitações e questionamentos realizados pelos representantes do “Chapão” na última reunião do CADE:

- **Treinamentos:** O CRH fez a apresentação dos treinamentos programados para o ano de 2015. Houve apenas os cursos obrigatórios – de NR10, atualização de motoristas, cargas perigosas e utilização de EPIs. Há outros dois projetos, para treinar 2.700 pessoas, por EAD. No começo de setembro serão abertas as inscrições. O primeiro é de redação oficial, que vai atender 2.500 servidores. O segundo é específico às seções técnicas de graduação, envolvendo cerca de 200 servidores.

- **Mobilidade funcional:** Sobre as contratações dos funcionários que prestaram mobilidade em 2014, o Prof. Gamero disse que isso é uma prioridade do gabinete do reitor e que devem acontecer o mais rápido possível.

- **Estrutura Administrativa das Unidades Experimentais:** o Prof Gamero informou que, na próxima reunião do CO, em 27/8, deverá ser discutida a consolidação dos quatro campi experimentais que assim o solicitaram. Nessa ocasião, segundo ele, deverá ser discutido se as unidades que receberão a nova estrutura serão apenas as que estão sendo consolidadas ou se todas. Vale lembrar que o aprovado no CADE é que todas as experimentais receberiam a nova estrutura.

### Outros questionamentos

No item “Palavra dos membros”, foram feitos novos questionamentos:

- **Congresso/Encontro de funções na Universidade:** Foi questionado porque alguns grupos realizam encontros na Universidade, e com apoios, enquanto outros não têm nenhum incentivo ou subsídio para isso. Em resposta, o Prof. Gamero informou que os encontros são organizados e custeados pelos próprios participantes, não havendo qualquer incentivo financeiro para isso. Segundo ele, a PRAD apenas regulamenta os encontros, liberando a participação dos servidores interessados.

- **Projeto de Lei que promove cortes de licença prêmio:** Os representantes questionaram se há, de fato, algum projeto tramitando que corte este direito do servidor público estadual. O Prof. Gamero acredita que não haja nenhum projeto nesse sentido e que tudo não passa de boatos espalhados pela Internet.

- **Escala dos Agentes de Vigilância:** Cobradas em reuniões anteriores sobre a legalização das escalas do setor de vigilância na Universidade, a PRAD e o CRH ficaram de se reunir com a AJ da Unesp e promover modelos de escalas para a regularização do trabalho desta função. Até o momento, os servidores continuam enfrentando problemas e têm encontrado dificuldades de diálogo com chefias e direções para solucioná-los. Em resposta, a CRH informou que serão formalizadas, por meio de um documento, as necessidades para que existam escalas legais.

Mesmo assim, a resposta foi vaga. Os representantes do “Chapão” insistiram que não há um compromisso para que, além de legais, as escalas possam ser humanizadas. Há servidores, por exemplo, que entram no trabalho às 14h e já saem para “jantar” às 16h. Isso sem falar do regime de folgas, pelo qual o servidor tem um domingo de folga a cada oito semanas!

Fica claro que a Universidade tem preservado os seus interesses unicamente, sem se preocupar com a qualidade de vida de seus trabalhadores. Servidores desmotivados, deprimidos, que venham a adoecer, não são de interesse da Universidade? Viver sob a pressão da violência que ronda os campi não é suficiente? Conviver com a diferenciação de regimes de trabalho (CLT e autárquico), onde um recebe adicional por periculosidade e outro não, já não é o bastante?

O Sintunesp vem acompanhando estes problemas de perto, inclusive tendo realizado reuniões com sua assessoria jurídica e os servidores nos campi, mas infelizmente está havendo dificuldades no diálogo. Esperamos que isso possa ser revisto, compatibilizando os interesses da Universidade e o bem-estar dos trabalhadores.

- **Utilização de internet:** Vários *campi* têm apresentado dificuldade de uso na Internet. Muitas vezes, isso impossibilita o acesso a qualquer site, inclusive aos serviços essenciais para a realização das atividades fim da Universidade. É provável que as causas disso sejam o aumento de usuários por meio das redes sem fio e mau uso da rede (uso de Facebook, Youtube, Netflix e outros não relacionados às atividades fim da Universidade).

O Prof. Gamero entendeu que a solicitação é muito pertinente e, por isso, trará à próxima reunião o responsável técnico pela infraestrutura de redes na Unesp, para que o colegiado discuta o assunto.

- **Recursos definidos no PDI:** Os representantes do “Chapão” questionaram a distribuição de recursos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando discrepantes os valores destinados à Assessoria de Relações Externas (AREX) e Pró-Reitoria de Administração (PRAD). No orçamento de 2015, por exemplo, os valores foram, respectivamente, de R\$ 5 milhões e R\$ 700 mil. Desta forma, fica difícil existir verbas para treinamentos e equipamentos, evidenciando um descompromisso quanto à promoção e ao desenvolvimento do servidor da Unesp.

Os representantes também questionaram onde teriam sido realizadas as 15 peças teatrais sobre DST, Drogas e Saúde do trabalhador, previstas no PDI para 2015. Se não foram realizadas, para onde foram destinados os R\$ 100 mil previstos para este fim? Em resposta, o Prof. Gamero disse concordar que há um desequilíbrio no que é destinado a AREX e à PRAD. Sobre as peças teatrais, informou que vai buscar informações e as trará na próxima reunião.

- **Portaria que restringe a aplicação do Vale Alimentação:** Os representantes do “Chapão” questionaram a publicação da Portaria Unesp nº317, no início de agosto, que regulamenta a aplicação do VA na Universidade. Sobre esse item, veja Boletim Sintunesp específico sobre o assunto.

- **Hospital de Botucatu:** Representantes do “Chapão” questionaram mais um transtorno causado pela autarquização do HC da Unesp de Botucatu. Desta vez, servidores que participam de órgãos colegiados têm perdido benefícios, pois o HC não tem aceitado que eles se desloquem no dia anterior para as reuniões, para que se organizem e se hospedem em São Paulo, obrigando-os a abonar o dia anterior à reunião. Essa discriminação soma-se a outras, já denunciadas nas reuniões anteriores, como a diferenciação de servidores, diversos regimes de trabalho e diferentes “patrões”.

### Grupo de Trabalho para o estudo do Plano de Carreira dos Servidores Técnicos e Administrativos da Unesp

Houve uma breve apresentação dos trabalhos que têm sido realizados pelo Grupo, que compõe-se de quatro membros indicados pela Reitoria (dois do CRH e dois de RHs de unidades), e quatro indicados pelo CADE, (dois de RHs locais e dois representantes do segmento técnico-administrativo no CADE). O Grupo vem trabalhando nos seguintes tópicos:

- **Pesquisa sobre o ADP:** Sugerida por um membro indicado pelo CADE, a pesquisa tinha como objetivo colher informações da comunidade sobre a sua visão da ferramenta ADP. Era ne-

cessário que as opiniões dos integrantes do grupo pudessem ser embasadas pela realidade apresentada pela comunidade, pois é muito difícil que apenas oito integrantes possam conhecer a realidade específica de cada campus da Universidade, espalhados pelo estado e cada um deles com suas particularidades.

Embora realizada no final do mês de julho, mês que normalmente os servidores se encontram em férias, a pesquisa contou com uma participação significativa (cerca de 1.800 servidores, entre docentes e técnicos, incluindo chefes). A pesquisa apontou uma aceitação pela maioria da comunidade do atual sistema de avaliação por etapas na Universidade (planejamento, acompanhamento e análise). Para a maioria, o sistema é de fácil utilização.

Quanto à melhoria do desempenho do servidor, ou da equipe de trabalho, a pesquisa mostrou um número maior de respostas no número 1 (completamente insatisfeito). Isso aponta para o Grupo uma necessidade maior de estudos relativos à eficiência do ADP para a promoção do desempenho pessoal e da equipe de trabalho.

Houve também uma boa colaboração dos participantes da pesquisa respondendo às perguntas de campo aberto. Há boas sugestões de melhorias, estudos e experiências pessoais. Tudo está sendo analisado e estudado pelo Grupo. Houve nestas respostas desabafos, relatos de assuntos pessoais e até mesmo lamentáveis ofensas diretas a membros do grupo. Embora não seja a proposta da pesquisa, é compreensível que a comunidade se sinta indignada com a suspensão da avaliação e, conseqüentemente, da promoção.

- **Ferramenta ADP:** Nas últimas reuniões, o Grupo tem se dedicado mais intensamente aos trabalhos sobre a ferramenta online do ADP, para que, o quanto antes, os novos requisitos para o sistema estejam prontos, sejam colocados em linha de produção, disponibilizado para testes e, por fim, disponíveis para utilização pela comunidade.

Embora ainda não encerrados os trabalhos neste ponto, o Grupo já propôs muitos avanços, como uma maior clareza na disposição das informações no sistema, redução de fatores e indicadores e sua distribuição de acordo com a área de atuação do servidor, alterações na escala de pontuação, simplificação na etapa de acompanhamento, ferramenta de recurso online, possibilidade de conclusão do processo ADP em casos em que o chefe não conclui a análise, entre outras.

- **Promoção:** O Grupo tem trabalhado na revisão da promoção como um todo. Entre outras coisas, estão sendo discutidas a revisão de critérios para promoção, revisão do sistema/filosofia de avaliação, revisão dos critérios para qualificação profissional.

É assunto polêmico dentro do Grupo a proposta para aumento do período de interstício, assim como a diminuição da porcentagem de servidores que são promovidos anualmente. Principalmente os servidores indicados pelo CADE (representantes do “Chapão”) não concordam que a mudança de interstício e porcentagem de promovidos seja a solução para os problemas da avaliação e promoção do servidor. De nada adianta mudarmos as possibilidades de promoção dos servidores se os critérios continuarem falhos, e principalmente o fato das avaliações subjetivas realizadas por chefias muitas vezes incapacitadas para isso, ou por utilizarem critérios pes-

soais (quando não políticos) e não profissionais para avaliação dos servidores. Embora haja relatos positivos sobre lideranças, conclui-se que na maior parte dos casos falta investir recursos maiores na qualificação de chefias.

Os representantes do “Chapão” no Grupo têm defendido que haja critérios justos e alcançáveis pelos servidores, bem como a melhoria pontual de falhas no sistema apresentadas pelos servidores e a minimização de distorções nas avaliações realizadas por algumas chefias.

O Grupo já tem agendado seis dias de trabalho durante o mês de setembro, mas podem ser marcadas mais reuniões, se necessário. A previsão é que os trabalhos se encerrem no dia 30 de setembro, para que as propostas sejam apresentadas e deliberadas na reunião do CADE de outubro de 2015; e que o retorno do ADP (ferramenta de planejamento/acompanhamento/análise) se dê em abril de 2016.

### Sobre os CCIs

Foram apresentados quatro nomes para a composição da Comissão Técnica dos CCIs. Dois deles foram apresentados por membros do “Chapão”, após indicação da comunidade. As duas vagas disponíveis na Comissão são para um pedagogo e um psicólogo. Como havia mais de um interessado por vaga, membros do CADE solicitaram que houvesse uma defesa de cada um, o que foi remetido para a reunião presencial de outubro.

Inicialmente, o Prof. Gamero não queria colocar em discussão a redução do limite de atendimento nos CCIs – de 5 anos e 11 meses para 3 anos e 11 meses –, por entender que a Universidade está cumprindo a lei, que remete ao Estado a responsabilidade pela educação das crianças a partir dos 4 anos. Após apelo pela discussão, feito por servidores técnicos e docentes, o presidente do colegiado concordou em fazer o debate. Foram apresentados documentos e relatos dos pais e servidores, considerando a possibilidades de adequação dos CCIs para a nova legislação, podendo atender as crianças até os 5 anos e 11 meses de idade, como aconteceu até hoje.

O Assessor Jurídico da Unesp, Dr. Edson, acompanhou a discussão e respondeu às dúvidas que foram apresentadas. De posse dos documentos que foram encaminhados, tanto a assessoria jurídica quanto o Prof. Gamero se comprometeram a estudar o assunto e procurar maneiras de solucionar o impasse da melhor maneira possível.

Foi consenso no debate de que este é um assunto delicado, pois muitos municípios não têm condições de absorver as crianças que estão saindo da CCI, causando grandes preocupações aos pais que trabalham e estudam na Unesp. O Prof. Gamero disse que é certo que o assunto retornará à reunião do CO em 27/08/2015. Até lá, segundo ele, a reitoria estará estudando o assunto junto à assessoria jurídica e trará respostas ao colegiado. No entanto, por se tratar de decisão administrativa da reitoria, não seria ponto de votação no CO.

Mesmo assim, é evidente que os membros do “Chapão” no CO levarão o assunto para discussão e defenderão com afinco os direitos da comunidade envolvida.

### Terceirizações

O assunto, inserido na pauta por solicitação dos conselheiros, foi remetido para a próxima reunião presencial, que acontecerá em outubro.